

Estudo de Crenças dos Profissionais de segurança pública em relação às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica atendidas pelo Grupo Tático Operacional – Núcleo Família de Juiz de Fora/MG, apresentando o álcool com variável

Lélio Moura Lourenço¹; Mariana de Oliveira Fraga²; & Michelle Nascimento Zanette³

1. Professor adjunto do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); 2. Discente do curso de Psicologia da UFJF; 3. Discente do curso de Psicologia da UFJF.

Palavras-chave: violência doméstica; crenças; mulheres.

Resumo

Nas últimas décadas a violência vem se destacando como um assunto de grande notoriedade na sociedade de modo geral, sendo apontada, no Brasil, como uma das principais causas de morbimortalidade. Durante muito tempo, a violência baseada na desigualdade de gênero foi “naturalizada” e tolerada pela sociedade, todavia, diante da dimensão e da gravidade do problema, há alguns anos passou a ser considerada uma questão de interesse público e de Direitos Humanos, fazendo com que muitos países tomassem medidas de prevenção e controle da situação.

A violência doméstica contra a mulher é um grave problema social que atinge, no Brasil, uma mulher a cada quatro minutos, sendo que em 85,5% desses casos, os agressores são seus parceiros. De acordo com Giffin (1994), as consequências deste tipo de violência às suas vítimas podem incluir diminuição da auto-estima e auto-imagem, sentimento de insegurança, transtornos do sono, medo, isolamento social, maior probabilidade de distúrbios psicológicos, além de estarem mais vulneráveis a abortos e doenças sexualmente transmissíveis (DST's) (Guerra, 1997; Galvão & Andrade, 2004).

A Lei nº 11.340, denominada de Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, estabeleceu como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito familiar, da unidade doméstica ou em qualquer relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida (Camargo, 2000;

Alves & Coura Filho, 2001; Deeke et al., 2009; Lei Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006). Dentre os vários aspectos relacionados ao tema, é possível destacar o impacto do consumo de substâncias psicoativas relacionados a crimes e violência, uma vez que, segundo estudos, situações de violência doméstica com autores sob efeitos de drogas, principalmente o álcool, são frequentes, sendo que esta é a droga mais comumente associada à violência em geral (Noto et. al, 2004).

Considerando a importância do tema e o lugar que este ocupa no âmbito da existência dos sujeitos e da própria sociedade, faz-se relevante a existência de estudos que busquem suprir lacunas no conhecimento deste assunto. Diante disso, uma análise psicossocial da violência doméstica contra mulheres e o estudo das crenças elaboradas pelos profissionais que realizam o atendimento destas vítimas no Grupo Tático Operacional (GTO) – Núcleo Família de Juiz de Fora/MG torna-se pertinente ao passo em que estas crenças têm um papel importante na interpretação dos esclarecimentos neste ramo da ciência e visa a possibilidade de um maior conhecimento sobre a violência contra mulheres, associada ou não ao uso de álcool, além da possibilidade de se estabelecer estratégias de prevenção e combate a este tipo de violência por ações de segurança pública.

Neste estudo pretendemos avaliar as crenças a respeito da violência doméstica contra mulheres em profissionais que atendem essas vítimas, apresentando como variável o consumo de álcool pelos agressores; busca-se analisar ainda as percepções a respeito da violência doméstica com relação ao grau de relacionamento dos agressores com a vítima, conhecer as providências tomadas diante de suspeita ou confirmação de ato violento, discriminar o tipo de violência doméstica mais frequentemente detectado nesta cidade, avaliar o conhecimento dos profissionais sobre o assunto, assim como o grau de dificuldade na realização do diagnóstico de violência doméstica, e investigar a correlação entre a violência doméstica contra mulheres e o consumo de álcool.

Para tanto, serão utilizados como recursos de pesquisa um questionário semi-estruturado a ser aplicado individualmente, cujos dados coletados serão submetidos a análises estatísticas descritivas e inferenciais, e grupos focais, cujos dados qualitativos serão avaliados sob a análise de conteúdo.

Referências Bibliográficas:

Alves, A. M., & Coura-Filho, P. (2001). Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre

1996 e 1998. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1). Recuperado em 18 mai. 2010, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/>

Camargo, M. (2000). Violência e saúde: ampliando políticas públicas. *Jornal da Rede Saúde*, (22), 10-15.

Deeke, L. P., Boing, A. F., Oliveira, W. F., & Coelho, E. B. S. (2009). A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, 18(2). Recuperado em 5 mai. 2010, da da SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/>

Galvão, E. F., & Andrade, S. M. (2004). Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. *Saúde e Sociedade*, 13(2). Recuperado em 15 mai. 2010, da da SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/>

Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos Saúde Pública*, 10(1), 146-155.

Guerra, C. (1997). Violência e poder nas relações de gênero – as cenas. *Caderno Espaço Feminino*, 4(4). Recuperado em 20 mai. 2010, de <http://www.seer.ufu.br/>

Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, 7 de agosto). Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Recuperado em 15 mai. 2010, de <http://planalto.gov.br/>

Noto, A. R., Fonseca, A. M., Silva, E. A., & Galduròz, J. C. F. (2004). Violência Domiciliar Associada ao Consumo de Bebidas Alcoólicas e de Outras Drogas: Um Levantamento No Estado De São Paulo. *Jornal Brasileiro de Dependência Química*, 5(1), 9-17.